



**PAULO RENATO
SOUZA** é deputado
federal e ex-ministro da
Educação no governo
Fernando Henrique
Cardoso.

PAULO RENATO SOUZA

Uma nova
sociedade
e uma nova
educação

A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO NUM MUNDO GLOBAL

A aceleração vertiginosa no avanço da ciência e da tecnologia nos últimos três séculos mudou radicalmente a face do mundo. A mudança atinge a todas as dimensões da vida humana, desde as mais elementares – como a sua duração e a possibilidade de interação entre os seres humanos numa escala até então inimaginável – até as mais complexas – como as formas e a velocidade da comunicação e o acesso a novos bens e serviços que transformaram o próprio conceito de bem-estar.

A celebração do final do segundo milênio da era cristã foi um momento propício para reflexões sobre os fatores que criaram, no mundo ocidental, as condições para um círculo virtuoso e duradouro. A competição capitalista foi o leito por onde fluiu o rio da tecnologia, que estimulou o avanço científico e foi por este significativamente acelerada. O brutal aumento da riqueza criou as condições para avanços nos direitos políticos e sociais e no bem-estar das pessoas, apesar de termos também observado um aumento da desigualdade econômica e social no mundo.

Longe de ser um processo de avanço linear e contínuo, a história da humanidade nesses últimos séculos também foi caracterizada por conflitos, guerras, discriminações e massacres. Experimentamos regimes totalitários, guerras de conquistas e ditaduras sanguinárias. Não obstante, é inegável que hoje vivemos em um mundo melhor e a educação foi o verdadeiro caldo de cultura para o progresso científico e técnico e para que tudo pudesse ser usado em benefício de um número maior de seres humanos.

No final do milênio passado, uma nova etapa começou a ser vivida da humanidade. Ainda é cedo para afirmar que se trata de uma inflexão na curva do progresso, talvez seja apenas nova aceleração do seu ritmo.

Nos campos tecnológico, econômico e social estamos começando a viver o mundo da terceira revolução industrial cujas bases foram lançadas no último quartel do século XX. Esse processo ocorreu de forma concomitante à constituição de um mundo globalizado e interdependente em escala sem precedentes na história universal.

No campo político e da convivência social, vivemos a afirmação da democracia como único sistema sobrevivente das idéias do século XIX sobre a organização social e política das nações. Junto com a afirmação democrática e sua forma clássica representativa, crescem também os movimentos da sociedade civil organizada em escala nacional e global, representando novas formas de participação na vida social e política dos países.

As duas revoluções industriais anteriores, tal como acontece agora, constituíram momentos da história em que a maneira de produzir deu saltos gigantescos, com enorme impacto sobre o consumo, o emprego, o salário e especialmente sobre a produtividade do trabalho. O novo processo histórico que estamos vivendo, identificável pela ruptura que se processou em relação às formas até então vigentes de organização da produção, é tão importante quanto a primeira revolução industrial e mais significativo que a segunda quanto ao seu impacto sobre as formas de organização da sociedade e sobre o ordenamento da vida dos indivíduos. Baseada sobre dois eixos principais – a emergência da informática e o avanço espetacular das comunicações – a terceira revolução industrial tem conduzido o mundo a uma escalada tecnológica sem precedentes. Basta considerar a grande mudança na tecnologia de produção industrial a partir da informatização para ver que o salto foi não só gigantesco, mas também qualitativo. À medida que esse processo avançou, a biotecnologia e a engenharia genética se associaram às anteriores como áreas de intensos avanços científicos e tecnológicos com profundos impactos nos processos produtivos. Os satélites de comunicação tiveram papel importante nesse processo, e aqui se poderia acrescentar, como um fator

de transformação radical, o desenvolvimento da tecnologia espacial.

O conhecimento científico vem evoluindo aceleradamente desde a primeira revolução industrial. O debate sobre a relação de causalidade entre a evolução da ciência e da técnica ao longo desses séculos tem sido intenso e apaixonado. Em alguns momentos dessa evolução a tecnologia parece ter desencadeado avanços que foram posteriormente consolidados pela ciência, em outros o desenvolvimento tecnológico assentou-se sobre as descobertas científicas. O fato é que as evoluções da ciência e da técnica andaram de mãos dadas desde a metade do século XVIII e de forma muito especial nesses últimos trinta anos, conduzindo, em nossos dias, à construção da chamada “sociedade do conhecimento”. O conhecimento, hoje, torna-se obsoleto a cada cinco ou dez anos e o padrão tecnológico da sociedade se renova em períodos de tempo semelhantes. Nossos avós e mesmo nossos pais viveram um mundo muitíssimo mais estável. Naquela época, o conhecimento ou a forma de produzir e viver em sociedade permanecia mais ou menos estável pelo menos no espaço de uma geração. E ao longo da história encontramos períodos em que o conhecimento e a tecnologia permaneciam estagnados por muitas décadas ou séculos.

A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Nada disso teria ocorrido não fosse a universalização da educação pública, que serviu como uma atmosfera para que todos esses processos ocorressem sinergicamente. Até o século XVIII, e em todas as civilizações, a educação tinha sido privilégio das elites ou de alguns segmentos da população. O novo, no desenvolvimento da civilização euro-ocidental nos dois últimos séculos, foi a extensão da instrução básica como um direito de todos e a ampliação do acesso à educação profissional de nível médio e superior.

O processo de aceleração do conhecimento e da tecnologia exigiu um grande esforço de sistematização do conhecimento e de sua difusão para toda a sociedade por meio da universalização do acesso à educação. Não por outra razão observamos, a partir do início do século XIX, um enorme esforço dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos para garantir que todos os cidadãos tivessem acesso à educação básica. Essa demanda levou à estruturação dos sistemas públicos de ensino nesses países, com padrões que se transformaram em modelos para o resto do mundo. Em geral, os sistemas educacionais foram estruturados em diferentes níveis de ensino que agrupavam as escolas que ofereciam a educação para todos durante uma etapa da vida das pessoas, geralmente entre as idades de 7 a 24 anos. Dado o lento processo de evolução, as pessoas podiam viver em sociedade pelo resto de suas vidas com os conhecimentos adquiridos na sua juventude.

Ter educação passou a ser uma condição para ser um cidadão num mundo que rompeu com a estratificação social herdada do período feudal. A Revolução Francesa e a Revolução Americana foram os marcos iniciais de um processo de profunda transformação na organização política e social dos países. A liberdade, a igualdade de oportunidades e a participação universal na vida pública consolidaram-se ao longo dos séculos XIX e XX graças a esse movimento articulado de avanço em todos os níveis.

A questão da cidadania é importante porque, antes de estarem inseridas num dado modelo de desenvolvimento e longe de ser um instrumento do Estado ou do mercado, as pessoas são livres e autônomas. Têm direito a essa liberdade e a essa autonomia. Mas não escapam do mundo em que vivem. A consideração dos condicionantes sociais e econômicos não é capaz de explicar todas as dimensões do cidadão – deixam de fora, por exemplo, a questão ontológica – mas ajudam a compreender o homem no seu meio, na sua relação com a produção e com a sociedade. São muitas as dimensões do cidadão, mas na sua relação com a sociedade elas são basicamente três: a do cidadão

consumidor, a do cidadão produtor e a do cidadão participante da vida do país. Esse é o cidadão moderno para cuja preparação foram criados os sistemas de ensino.

Além da rapidez na evolução da ciência e da tecnologia, a sociedade do conhecimento trouxe quatro novos elementos para o cotidiano das pessoas, com profundo impacto na educação. Em primeiro lugar se destaca a velocidade e o caráter universal do acesso à informação. Tudo o que acontece no mundo está disponível para todos por diversos meios de comunicação de acesso fácil e barato. Os meios de comunicação de massa, em si, passam diretamente a ter impacto positivo e negativo sobre a educação. Em segundo lugar, temos a constante mutação dos padrões de consumo, cada vez mais sofisticados e segundo modelos universais. Há a exacerbação do consumo que afeta especialmente os jovens, o que muitas vezes se contrapõe aos objetivos maiores dos processos educativos. Em terceiro, destacamos o impacto dos temas políticos globais sobre a vida diária dos cidadãos. A violência, o tráfico de drogas, as guerras ou o terrorismo afetam todos em maior ou menor medida. Finalmente, registramos a emergência da questão ambiental a partir do final dos anos 60. A vida no planeta está sob ameaça e isso tem importância crucial para o sistema educacional.

Os dois desafios que a humanidade enfrenta hoje – permear o novo sistema mundial de valores mais humanos e conseguir a integração virtuosa dos países em desenvolvimento aos benefícios da globalização, de um lado, e radicalizar a democracia como modo de convivência política, de outro – reafirmam a centralidade do papel da educação universal e pública. Ao mesmo tempo lhe impõem novas exigências, muitas delas radicalmente diferentes das prevalecentes até recentemente. A sociedade do conhecimento elevou os requisitos educacionais para o exercício da cidadania. Hoje, mais do que antes, a educação é um pré-requisito do cidadão em todas as suas dimensões.

O cidadão capaz de produzir, consumir e participar da vida social não pode mais ser educado apenas durante uma etapa de

sua vida. O conhecimento se renova constantemente e, por conseguinte, o acesso à educação permanente passou a ser a nova condição para o exercício da cidadania. Nesse sentido, o conceito de educação permanente deve ser estendido não apenas para os jovens que concluem o ensino básico na idade regular, mas para o conjunto da população independentemente da escolaridade prévia das pessoas. Assim, para um adulto sem a educação básica completa, o sistema de ensino deve criar as oportunidades para que essa etapa seja cumprida. Depois disso, necessitará aperfeiçoar-se profissionalmente em cursos de curta ou longa duração em horários e modalidades compatíveis com o trabalho que desenvolve.

Mesmo na sua dimensão elementar, a de cidadão consumidor, ele precisa ser educado. Se não o for, suas qualificações como consumidor dificilmente se elevarão ao nível da mínima cidadania. O cidadão produtor também precisa sê-lo, porque as mudanças conduzem a alterações constantes nas técnicas de produção e na estrutura de produção. Profissões mudam, e é preciso dar o salto tecnológico individual com essa mudança; muda a estrutura do mercado de trabalho – indústrias deixam de existir num lugar e passam a existir em outro, setores inteiros desaparecem e abrem espaço para a rápida criação de novos setores e de novos empregos. Na dimensão do cidadão produtor é preciso garantir um nível essencial de educação para todos, de forma que as pessoas possam deter o conhecimento necessário para se adaptarem às mudanças na tecnologia da produção e às alterações na estrutura de mercado.

Na terceira dimensão – a do cidadão participante – entramos no campo do conteúdo ético da educação, pois, quanto maior o nível educacional de uma pessoa, maiores são suas oportunidades de participação na vida social. Assim, os sistemas de ensino precisam preocupar-se com a formação do cidadão de um mundo global no qual são centrais temas como pluralidade cultural, paz, violência, disparidades sociais, meio ambiente, consumo, saúde, drogas, etc. Por outro lado, o cidadão tem agora a possibili-

lidade de agir de forma independente dos estados nacionais. O grande movimento de organização da sociedade em entidades não-governamentais é o exemplo mais acabado dessas novas possibilidades, mas os indivíduos também podem interagir diretamente num mundo quase sem fronteiras. Formar o cidadão global passou a ser um novo e grande desafio para os sistemas educacionais.

Em face das exigências da sociedade do conhecimento, o sistema educacional preexistente tornou-se completamente obsoleto. A reforma educacional passou a integrar a agenda da grande maioria dos países desenvolvidos; multiplicaram-se as iniciativas internacionais de avaliação dos sistemas de ensino; a qualidade dos sistemas educativos passou a ser discutida nas mais altas esferas sociais e políticas. As exigências para o sistema educacional são simples em seu enunciado: 1) é preciso que todos tenham desenvolvido a capacidade de aprender e 2) é preciso oferecer as oportunidades de educação permanente para todos.

Desenvolver em todas as pessoas a capacidade de aprender

O desenvolvimento da capacidade de aprender e a preparação do jovem para ser o cidadão do novo mundo devem ser as tarefas essenciais do ensino básico, em suas três modalidades. Nessa etapa o sistema educacional deve oferecer uma base sólida, tratando de estender essa escolaridade para que, de modo homogêneo, o maior número possível de cidadãos esteja preparado para esse novo mundo. Isso significa fixar como objetivos da educação básica a universalização do acesso e estruturar-se para ensinar a aprender, mais do que transmitir conhecimentos. Em outras palavras, desenvolver em todas as pessoas as habilidades e competências para aprender, raciocinar, criticar.

Nesse sentido é preciso garantir a ampliação de oportunidades na educação infantil e pré-escolar e a universalização

não apenas do ensino fundamental, mas também do ensino médio. A educação do jovem deve abrir os horizontes mais do que buscar uma prematura especialização ou compartimentalização do conhecimento dentro de estruturas educacionais rígidas, seja na profissionalização, seja na mera preparação para a universidade. Deve preparar o jovem para a vida.

Na sociedade do conhecimento a escola tem um papel central no nível do ensino básico. A evolução da tecnologia criou a ilusão de que a escola poderia ser dispensável. Mais do que antes a escola é necessária e essencial para o processo de socialização da criança e do jovem. Além disso, nas camadas de renda mais baixa da população é necessário que a escola assuma um papel de verdadeiro centro comunitário envolvendo pais, professores e alunos no esforço coletivo da educação para que esta tenha qualidade. Preparar para a vida é também preparar para a vida democrática. Desde muito cedo deve ser enfatizado o papel da escola na socialização das crianças e jovens mediante o estímulo à integração social, à não discriminação e ao respeito pelas diferenças. O respeito às regras deve continuar a ser um dos objetivos da educação, mas uma escola que prepara para a vida democrática deve se afastar dos velhos métodos de disciplina rígida. Por outro lado, os princípios da ética e da cidadania têm que fazer parte da preocupação dos professores: respeito à diversidade e à pluralidade cultural, social e étnica. Além disso, é preciso incorporar nas atividades da escola os temas relativos à educação ambiental, educação para a saúde e orientação sexual.

A globalização coloca novos desafios para os sistemas educacionais nacionais: o cidadão deve ser cosmopolita e poliglota, mas as culturas nacionais, regionais e locais devem ser mais do que nunca estimuladas. Isso passa necessariamente pela preservação e valorização dos idiomas nacionais, regionais e tribais e por políticas claras de valorização cultural, nas quais a escola deve desempenhar papel central. Paradoxalmente, as novas tecnologias da informação e das comunicações podem ser um importante

instrumento para viabilizar esse esforço.

A escola básica do século XXI tem de ser humanista e deve incorporar entre seus instrumentos de ensino e aprendizagem: a prática da leitura e da interpretação de textos como instrumento do ensino da linguagem; o ensino competente do raciocínio matemático; um forte conteúdo nas ciências; e o acesso ao patrimônio cultural da humanidade na música, nas artes plásticas, na história, na arqueologia. Na escola moderna os meios de comunicação devem ser um instrumento diário de trabalho pela facilidade de acesso à informação e aos materiais de ilustração das aulas. Igualmente, os computadores e o acesso às redes de informação são instrumentos essenciais de trabalho.

É importante destacar que na área da ciência pedagógica os avanços dos últimos 25 anos também foram notáveis. Desenvolveram-se os conceitos a respeito da capacidade de aprender: as habilidades e competências de aprender. A ciência pedagógica passou a contar com critérios objetivos para fixar metas e objetivos para todo o ensino básico dentro das novas exigências. Mais importante ainda: foram desenvolvidos instrumentos de medição dessas habilidades e competências, por meio de sofisticados sistemas de avaliação de alunos. A culminação desse processo se deu com o desenvolvimento da Teoria de Resposta ao Item, que permite construir escalas comparativas no tempo e no espaço a respeito das habilidades e competências dos alunos.

A partir desses avanços, é possível contar com instrumentos precisos e de caráter universal para medir aquilo que se espera da escola na sociedade do conhecimento. Temos agora uma régua universal para medir o resultado do processo de ensino, assim como os economistas têm, por exemplo, na taxa de crescimento da economia ou na taxa de inflação medidas para avaliar o resultado das políticas econômicas. No limite, e com o uso de metodologias apropriadas, as escalas que aferem as habilidades e competências podem estar referidas internacionalmente, permitindo comparar escolas em qualquer país e em qualquer tempo.



É interessante observar aquilo que considero o melhor uso até o momento desses avanços a serviço da sociedade do conhecimento: a realização do Pisa pela OCDE, um organismo de cooperação econômica que reúne os países mais desenvolvidos. Seu departamento de educação realizou o esforço mais importante até hoje para avaliar internacionalmente os sistemas de ensino nacionais. Estabeleceram-se escalas que permitiram a comparação entre países, o Pisa. Esse teste avalia jovens de 15 anos de idade. Não se avaliam alunos, mas jovens nessa idade, quando já devem estar prontos para a vida. Na educação isso significa que estão prontos para aprender. No primeiro teste no ano 2000, avaliou-se apenas uma habilidade e competência: a compreensão leitora. No segundo, em 2003, avaliou-se o raciocínio matemático. No terceiro, em 2006, avaliou-se a aptidão para o pensamento científico. Ou seja, os países mais avançados querem saber se os seus jovens, na idade em que começam a pensar em opções profissionais ou em ingressar no mercado de trabalho, estão prontos para aprender.

Os resultados da avaliação vêm provocando reações na sociedade de muitos países desenvolvidos que não tiveram o desempenho que esperavam em avaliações internacionais. Muitos deles estão implementando programas de estímulo à melhoria do desempenho das escolas em relação à aprendizagem de seus alunos. Até agora, todas as políticas recomendadas para melhorar a qualidade do ensino se concentravam nos meios, ou seja, cuidavam de melhorar as condições objetivas das escolas, de formar melhor os professores, de desenvolver programas para sua atualização e aperfeiçoamento, de melhorar sua remuneração, de equipar as escolas com laboratórios e computadores. Ou seja, estavam focadas apenas nas condições de ensino, com a expectativa de que viessem a produzir os efeitos desejados na aprendizagem dos alunos.

Temos hoje a possibilidade de uma mudança radical no conteúdo da política educacional. Incorporar os indicadores dos

processos de avaliação em todas as políticas e normas educacionais é o caminho mais curto e efetivo para colocar a aprendizagem no foco central do funcionamento da escola. Desde a distribuição de recursos para as escolas, passando pelas regras da carreira do professor e de sua remuneração e chegando até a forma como designamos os diretores de escola e fixamos os objetivos para seu trabalho, tudo enfim relativo à escola pode hoje levar em consideração também os resultados dos processos de avaliação dos alunos.

Criar as condições para a educação permanente

A segunda das exigências da sociedade do conhecimento é que sejam criadas as oportunidades de educação permanente para todos no nível pós-médio. Um conjunto de cursos de diversos níveis de exigência e complexidade deve integrar o sistema de educação pós-médio, desde os cursos técnicos de nível médio, os cursos superiores de curta duração, os cursos regulares de bacharelado e licenciatura, até os programas de mestrado e doutorado acadêmicos e as pós-graduações profissionalizantes (MBAs, cursos de extensão e especialização). Como instrumentos de cada um desses cursos é importante incorporar a educação a distância e as novas tecnologias aplicadas à educação.

Até recentemente os cursos profissionalizantes de nível médio, pós-médio ou superior eram oferecidos em escolas presenciais com estruturas curriculares rígidas, vinculadas a carreiras bem-definidas e voltadas preferencialmente para atender ao público jovem. Isso tinha relação com a permanência do padrão tecnológico na sociedade por um período bastante longo, o que tornava possível estabelecer os requerimentos de cada profissão de maneira mais ou menos clara e limitar o período de aprendizagem profissional a um período da vida das pessoas.

A mudança aqui é radical: de um lado, a atualização profissional deve ser permanente, dada a rapidez da evolução tecnológica e, de outro, as carreiras profissionais são menos rígidas e claras, obrigando a um grau muito grande de interdisciplinaridade e de flexibilidade na estrutura curricular dos cursos. É preciso que o poder público estimule a diversificação dos sistemas de educação profissional de nível pós-médio, tanto de nível técnico como superior. É preciso que haja ampla flexibilidade curricular e liberdade para sucessivas entradas e saídas de jovens e adultos nos sistema de ensino. A incorporação das novas tecnologias da informação e das comunicações é crucial, assim como o crescente uso da educação a distância como forma de garantir o acesso à formação e à atualização profissionais.

Criar as condições para a educação permanente significa preparar o sistema educacional para oferecer oportunidades de freqüentes idas e vindas das pessoas entre o mundo do trabalho e o mundo da educação. Da mesma forma, é imperativo oferecer aos estudantes a opção de, no interior do sistema pós-médio, mudar de carreira ou aprender novas técnicas dentro de uma mesma profissão. Para tanto os requisitos de ingresso devem ser flexíveis como também flexíveis devem ser as estruturas curriculares.

Da mesma forma que carece de sentido um sistema de ensino que se concentre em uma etapa da vida, na nova sociedade nenhum nível educacional pode ser considerado terminal, por mais avançado que seja. A estrutura da educação pós-média deve ser diversificada, com a participação de vários tipos de instituições que garantam a educação permanente. O ensino superior como o entendíamos até um tempo atrás é apenas uma parte desse sistema, que deve ser mais amplo e diversificado. Entretanto, nem todas as instituições devem ser universidades na acepção do termo – com o clássico tripé de ensino, pesquisa e extensão –, mas muitas delas podem ser boas instituições voltadas para a formação de profissionais de nível superior, aptas a atenderem à dinâmica do mercado e à qualificação e requalificação de um número maior de pessoas. As uni-

versidades propriamente ditas devem se constituir na espinha dorsal do sistema, formando os docentes para as demais instituições, desenvolvendo pesquisas e gerando o conhecimento que deve fluir por todas as instituições. Não se pode deixar de enfatizar a importância da pesquisa básica nas universidades, que nunca poderá ser abandonada para que o conhecimento tenha bases sólidas. Essas instituições não possuem, porém, a versatilidade e a praticidade para oferecer cursos superiores de curta duração de preparação para o trabalho, essenciais para jovens e adultos que buscam sua formação inicial ou sua atualização profissional para progredirem no mercado de trabalho ou manterem seus postos de trabalho.

Hoje há uma tendência de as próprias corporações empresariais dos mais diversos setores ampliarem e diversificarem os seus antigos cursos de treinamento desenvolvidos pelos departamentos de recursos humanos, chegando, em muitos casos, a chamá-los inapropriadamente de “universidades corporativas”. Independentemente da questão semântica, não há dúvidas de que, pela sua abrangência e mesmo pela qualidade de muitos desses programas desenvolvidos em parceria com instituições educacionais de primeira linha, esse segmento deve também ser considerado hoje uma parte importante do sistema educacional.

Em suma, o sistema de educação pós-médio na sociedade do conhecimento precisa ser:

- amplo para atender ao conjunto da população em todas as faixas etárias;
- diversificado: as necessidades de educação pós-média são muito diferenciadas. Dependendo do segmento da população a ser atendida é preciso oferecer: cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de curta duração, cursos superiores de bacharelado e licenciatura, cursos superiores de pós-graduação *lato sensu*, programas de formação de mestres e doutores;
- flexível na sua estrutura: os sistemas de acesso aos cursos pós-médios devem permitir com facilidade o reconhecimento de estudos e a mobilidade entre cursos,

carreiras e instituições para todos;

- flexível no acesso: as formas de acesso ao ensino pós-médio devem permitir frequentes idas e vindas entre o mundo do trabalho e o mundo da educação;
- heterogêneo e flexível na forma de ser oferecido: educação presencial, educação a distância, sistemas híbridos;
- diferenciado em sua estrutura organizacional: instituições públicas e privadas, entidades com e sem fins lucrativos, entidades complexas diversificadas academicamente ou concentradas em uma área do saber; entidades dedicadas ao ensino ou ao treinamento; entidades educativas ou organizações empresariais.

ABRIR PORTAS PARA O FUTURO

No campo educacional, os países mais desenvolvidos chegam a essa nova etapa do desenvolvimento com vantagens enormes sobre os demais, pois há muito tempo a educação fundamental foi universalizada, a cobertura do ensino médio já alcança quase os cem por cento e as oportunidades de educação profissional são abundantes. A qualidade da educação nos padrões tradicionais é elevada.

Não obstante, ao final do século XX, os sistemas de ensino, mesmo os dos países desenvolvidos, não estavam – e muitos ainda não estão – preparados para enfrentar os desafios da nova sociedade. Na maioria dos países, a organização do sistema atendia às necessidades sociais da época em que o conhecimento e a tecnologia eram muito mais estáveis e a educação voltava-se para uma certa faixa etária. Em muitos países os sistemas estão ainda organizados em estruturas rígidas que não oferecem nenhum tipo de flexibilidade para permitir que jovens e adultos eduquem-se permanentemente.

Em alguns sistemas europeus a rigidez era estabelecida antes de concluída a educação básica. Os jovens deveriam aos 15 anos de idade optar entre um secundário técnico ou acadêmico e essa opção passava a ser determinante de suas futuras carreiras,

sem chances de reversão na escolha. As várias carreiras profissionais, quer nos cursos técnicos quer no âmbito universitário, estavam estruturadas de forma a não possibilitar mudanças ao longo dos cursos. Eventuais mudanças implicavam reiniciar as carreiras.

O ponto mais importante dessa inflexibilidade situa-se no papel e estrutura do ensino médio. Até os anos 90, o papel do ensino médio foi controvertido e marcado por uma indefinição de seus objetivos. Muitas vezes era visto como uma simples consolidação do ensino fundamental, outras vezes como uma simples preparação para o ensino superior e outras ainda como preparação para o mercado de trabalho. A tradição européia fixou uma clara divisão entre o ensino médio profissionalizante e o propedêutico. A divisão chegou a ser rígida a ponto de levar a uma completa separação das alternativas para os seus egressos em termos de seguir para o mercado de trabalho ou tentar o ingresso num curso superior. Neste último caso estabeleciam-se dois caminhos sem comunicação entre eles. Esse sistema era absolutamente funcional para a sociedade pré-terceira revolução industrial e em boa medida foi copiado integral ou parcialmente nos países em desenvolvimento.

No novo mundo é inconcebível um sistema de ensino que feche portas para a continuidade de estudos. Em outras palavras, todos os seus níveis devem conter elementos que permitam abrir portas para novos níveis e processos de aprendizagem. Esta característica deve ser particularmente importante no ensino médio, pois ele passa a ser a chave central para organizar e viabilizar todo o sistema de ensino pós-médio. Suas funções principais devem ser as de consolidar a capacidade de aprender e abrir as portas para a educação profissionalizante pós-média de qualquer natureza, seja ela de preparação direta para o trabalho, seja de preparação para a continuidade de estudos de nível superior ou acadêmico. O ensino médio, assim, deve passar a integrar a educação obrigatória de nível básico, e as políticas públicas devem buscar a universalização do acesso.

Na nova etapa, o ensino médio passou a ter uma função clara: a preparação para a vida em geral, livrando-se da dicotomia entre preparação para o ensino superior ou para o trabalho. Nessa perspectiva, o novo ensino médio deve estruturar-se dentro dos princípios da interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento, buscar a definição de conteúdos nacionais sem desprezar os locais, oferecer uma preparação geral para o mundo do trabalho.

Nos sistemas em que a preparação para o trabalho realizava-se integrada ao nível de educação secundária, é claramente necessário defini-la como complementar ao ensino médio. É admissível que ela se desenvolva parcialmente de forma concomitante com o médio, mas claramente diferenciada pela dicotomia de objetivos. A educação profissional precisa ser flexível para permitir a introdução de estruturas modulares no currículo, de sorte a permitir e facilitar freqüentes idas e vindas entre o mundo do trabalho e o da educação profissional para promover a atualização técnica e profissional. Acima de tudo o sistema de educação profissional precisa estar profundamente vinculado ao mercado de trabalho e à evolução da tecnologia.

Há dois requerimentos para ingressar no mercado de trabalho: a chamada preparação geral ou prontidão e a preparação técnica específica para exercer determinada função. Em relação ao primeiro item, não há grandes dificuldades para que os sistemas gerais de educação possam dar conta da preparação necessária para o trabalho. Em relação ao segundo, as dificuldades são insuperáveis. A preparação técnica é cada vez mais específica e os equipamentos de trabalho, na indústria e nos serviços, são cada vez mais sofisticados. Diferentemente do passado, em que o desenvolvimento de habilidades era o centro da preparação profissional, hoje a preparação envolve certos conhecimentos teóricos e familiaridade com equipamentos sofisticados. Daí a necessidade de escolaridade prévia ao curso profissionalizante e pesados investimentos em equipamentos de última geração. É por essas razões que a educação profissional hoje só pode ser

realizada em instituições especializadas que possuam vínculos estreitos com o mercado de trabalho.

É distinta, e muito mais difícil, a situação dos países em desenvolvimento, onde, além de fazer frente aos mesmos desafios que os desenvolvidos enfrentam, as deficiências do sistema educacional são muito mais básicas. Em geral, são baixos os índices de cobertura do ensino médio e relativamente escassas as oportunidades de educação profissional. A qualidade da educação deixa a desejar tanto pela baixa qualificação dos professores, quanto pela escassez de materiais didáticos adequados. A população escolar cresce ainda a taxas relativamente elevadas, apesar da redução nas taxas de crescimento da população.

Recuperar o tempo perdido e, ao mesmo tempo, fazer a reforma educacional é tarefa gigantesca que exige dos governos a definição de uma clara prioridade. É preciso fazer tudo ao mesmo tempo, com apenas uma paradoxal vantagem: pode ser mais fácil construir um novo sistema educacional do que reformar ou reconstruir estruturas solidamente estabelecidas de um modelo que se tornou obsoleto.

Além do esforço maior que esses países devem realizar para adaptar seus sistemas de ensino às necessidades do novo mundo, o que implica um montante expressivo de recursos, há outros elementos que conspiram contra uma adequada reforma do ensino médio. Neles, existe uma pressão enorme na sociedade para que o ensino médio assuma um caráter claramente profissionalizante. A explicação para isso é simples: o baixo nível de escolaridade da população e as deficiências nos sistemas de ensino público fundamental, de um lado, e a urgência dos jovens das camadas mais pobres em ingressar no mercado de trabalho para obter alguma renda, de outro, levam a uma pressão social para que esses jovens tenham uma capacitação mínima para disputar vagas no mercado formal de trabalho. Os políticos e governantes são muito sensíveis a essas pressões e torna-se difícil resistir a elas por parte dos gestores educacionais.

OPORTUNIDADES PARA A POLÍTICA PÚBLICA E OS INVESTIMENTOS

Depois de muitas décadas em que a política educacional consistia em replicar o que outros países haviam construído, o mundo se viu repentinamente sem paradigmas. O modelo dos países mais avançados em si mesmo já não servia, pois havia sido desenhado para uma realidade que já não existia. Colocou-se a necessidade de conceber novas estruturas, regras e procedimentos, e a educação passou a ser tema central nas preocupações dos organismos internacionais em seu impulso reformista, especialmente nos países em desenvolvimento. Podemos dizer que hoje já temos um conjunto de definições e de modelos muito maior do que nos anos 90, mas ainda há muito que avançar especialmente na área do ensino pós-médio. Agora o mundo passa a reconhecer a necessidade de aliar ensino de massas com qualidade na educação, provavelmente através de instituições que se diferenciam muito do que até agora conhecemos como universidades. Novas instituições, que oferecem um ensino massificado e padronizado voltado para o público adulto, passam a integrar os sistemas pós-médio, com eficiência na preparação profissional.

Uma ilustração especial das transformações ainda inconclusas em matéria de estruturas educativas nos oferece o tema do uso de novas tecnologias na educação. O rápido desenvolvimento da técnica e as necessidades de expandir e massificar a educação levaram muitos a identificar, na aplicação das novas tecnologias aos métodos educativos, a solução que imediatamente casaria oferta e demanda. Além disso, muitos viam também no uso da nova tecnologia na escola a solução dos problemas de qualidade, pois ela supriria as deficiências de formação dos professores. Criou-se uma espécie de moda falar nas virtudes da educação a distância usando os recursos da informática e do acesso às redes e na necessidade de introduzir os



computadores nas escolas. Grandes somas de recursos públicos foram investidas e desperdiçadas em projetos mirabolantes. Passada essa febre, hoje sabemos que há ainda carências importantes no desenvolvimento de materiais pedagógicos com as novas tecnologias tanto para seu uso na escola, quanto para a educação a distância. Estamos apenas arranhando as primeiras possibilidades nessa matéria pela escassez de metodologias, materiais e conteúdos. Há alguns anos *software* educativo era sinônimo de livros transcritos para o computador. Hoje já temos programas muito mais sofisticados, mas estamos ainda longe de usar todas as potencialidades que as novas tecnologias oferecem como método pedagógico. Sua massificação é, porém, uma questão de tempo e de recursos, pois não se trata de soluções baratas. Quando esse tempo chegar, a oferta de serviços de educação terá a capacidade de ultrapassar facilmente as fronteiras nacionais com propostas que combinarão o prestígio da instituição, a qualidade do curso, a flexibilidade do ensino a distância e a massificação do processo de ensino.

É possível e provável que em alguns anos venhamos a ter novos paradigmas para a organização dos sistemas de ensino pós-médio em todas as suas modalidades e possibilidades, incluindo o ensino a distância e as novas tecnologias. Tenho a convicção de que haverá ainda muitos experimentos no mundo antes que um novo consenso se organize. O importante é que o espaço da política educacional está aberto para que essas inovações sejam testadas em todos os países e o avanço seja mais rápido.

O novo mundo traz consigo novas e grandes oportunidades de investimento público e privado na educação. Na área pública, os governos terão de investir somas crescentes para adaptar seus sistemas aos novos tempos. Novas formas de parcerias público-privadas deverão ser construídas para oferecer educação de qualidade para todos. O novo desse novo tempo é a criação de imensas oportunidades para o investimento privado. Demanda praticamente infinita, de um lado, e possibilidades de

massificação da oferta de educação mediante pesados investimentos, de outro, é uma equação que atrairá cada vez mais o interesse de grandes grupos econômicos para oferecer serviços educacionais de boa qualidade a custos razoáveis. Será muito difícil que os sistemas nacionais de educação consigam evitar a materialização dessa tendência.

Nesse contexto, abrem-se enormes oportunidades para o desenvolvimento do comércio na área dos serviços educacionais. Os países que melhor e mais rapidamente desenvolverem as metodologias e os conteúdos para a educação a distância passarão a desfrutar de enormes vantagens comparativas para oferecer serviços educacionais como um item da pauta de transações comerciais. A novidade desse novo “produto” abre o debate sobre a sua regulamentação.

A educação não se resume apenas a desenvolvimento intelectual atualização dos conhecimentos. O desenvolvimento das habilidades cognitivas e a permanente atualização do conhecimento são apenas uma parte dos objetivos do processo educacional. A formação integral da pessoa na sua dimensão ética e filosófica, o desenvolvimento de sua consciência cidadã, e o fortalecimento dos valores nacionais e da cultura dos povos são objetivos igualmente importantes da educação, como já se mencionou. Esses aspectos constituem-se em barreiras importantes para o avanço ilimitado do comércio de serviços educacionais, pois a educação deve necessariamente estar referida às realidades de cada país. É fundamental que esses aspectos centrais do processo educativo tenham definições, normas e diretrizes nacionais.

Como conseqüência, a regulamentação dos serviços educacionais em cada país assume uma importância crucial. O instrumento de que dispõem os sistemas educacionais para exercer seu poder de regulamentação é a certificação e o reconhecimento de estudos. Em outras palavras, as entidades educacionais habilitadas a emitir diplomas e certificados válidos em determinado país devem seguir as normas e regulamentos

educacionais desse país ou dos eventuais acordos internacionais. A chave para um relacionamento soberano dos sistemas educativos na nova realidade passa a ser a definição dos processos de acreditação de instituições de ensino no âmbito de cada país.

O simples controle burocrático não será suficiente para fazer frente à avalanche de ofertas de serviços educacionais que ocorrerá num futuro não muito distante. É preciso que os sistemas de ensino pós-médio tenham qualidade para fazer frente a

essa concorrência. Caso contrário, as ofertas vindas do exterior se imporão num mercado de trabalho que é cada vez mais globalizado e desregulamentado. Não basta, portanto, que os sistemas nacionais de educação pós-média sejam regulamentados, é preciso que essa regulamentação esteja associada à qualidade do ensino. Os instrumentos de avaliação associados aos processos de acreditação assumem um papel importante para que os sistemas nacionais de ensino não sejam eliminados pela concorrência internacional.